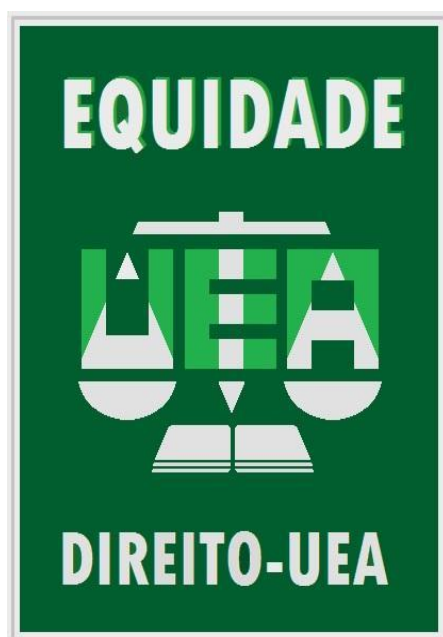


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillipe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

INSUMOS AGRÍCOLAS, AGROTÓXICOS E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A CARGILL

AGRICULTURAL INPUTS, PESTICIDES AND SUSTAINABILITY: A STUDY ON CARGILL

Igor Philipe Soares de Oliveira¹
Denison Melo de Aguiar²
Neuton Alves de Lima³
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

RESUMO

A agricultura moderna depende amplamente do uso de insumos agrícolas e agrotóxicos para garantir produtividade e competitividade no mercado global. No entanto, a utilização intensiva dessas substâncias tem gerado impactos ambientais e sociais que desafiam a construção de modelos produtivos mais sustentáveis. Este estudo analisa como grandes empresas do agronegócio têm se posicionado diante desses desafios, investigando programas ambientais e sociais, bem como a atuação de órgãos fiscalizadores na prevenção de crimes ambientais e na proteção das comunidades afetadas. A pesquisa combina análise documental, estudo de caso e dados secundários, comparando discursos institucionais com práticas efetivas. Os resultados indicam que, embora existam avanços em determinadas iniciativas, ainda persistem contradições e limitações, evidenciando a necessidade de maior transparência corporativa e fortalecimento da fiscalização.

Palavras-chave: insumos agrícolas, agrotóxicos, sustentabilidade, fiscalização, responsabilidade corporativa.

¹ - Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Maurício de Nassau (2019), Pós-Graduação em Segurança Pública pela Faculdade Focus (2023), Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Cadete da Polícia Militar do Amazonas. contato: igorphilipe99@gmail.com com lattes: <https://lattes.cnpq.br/0947478957595719>

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

³ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁴ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

ABSTRACT

Modern agriculture depends on the intensive use of agricultural inputs and pesticides to maintain productivity and meet global food demand. However, this intensification raises concerns about environmental degradation, public health risks, and the transparency of corporate sustainability efforts. This study examines how major agribusiness companies address these challenges, analyzing environmental programs, corporate reports, and the role of regulatory bodies in preventing environmental crimes and protecting vulnerable communities. Using document analysis, case study, and secondary data, the research compares corporate discourse with actual practices. The findings reveal that, while some initiatives have delivered measurable progress, significant gaps remain in transparency and oversight, underscoring the need for stricter enforcement and stronger collaborative governance to promote more sustainable agricultural practices.

Keywords: agricultural inputs, pesticides, sustainability, corporate responsibility, environmental governance.

INTRODUÇÃO

A agricultura é um dos pilares fundamentais da economia mundial e garante a segurança alimentar das populações. Contudo, o setor enfrenta desafios significativos relacionados à sustentabilidade, principalmente devido ao uso intensivo de insumos agrícolas e agrotóxicos. Esses produtos, embora contribuam para o aumento da produtividade e o controle de pragas, estão associados a impactos negativos como a degradação ambiental, riscos à saúde humana e conflitos socioeconômicos em comunidades rurais.

Nos últimos anos, empresas do agronegócio têm anunciado iniciativas voltadas para a sustentabilidade, buscando conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e responsabilidade social. Apesar disso, surgem questionamentos sobre a efetividade dessas ações, sobretudo quando são percebidas como estratégias de marketing, fenômeno conhecido como *greenwashing*.

Este estudo analisa essas questões por meio de uma abordagem acadêmica, investigando práticas corporativas, impactos ambientais e sociais, além do papel do poder público na fiscalização e promoção de um modelo agrícola mais equilibrado. O objetivo é oferecer subsídios para o debate sobre a relação entre produtividade, preservação ambiental e justiça social.

JUSTIFICATIVA

O uso descontrolado de agrotóxicos e fertilizantes tem consequências que extrapolam o âmbito ambiental, alcançando dimensões sociais e econômicas. A

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

contaminação de solos e mananciais ameaça a biodiversidade, compromete a qualidade dos alimentos e eleva os riscos à saúde pública.

Além disso, o avanço do agronegócio em áreas ambientalmente sensíveis, como o Cerrado e a Amazônia, desperta preocupações relacionadas a desmatamento, exploração de trabalhadores e conflitos fundiários. Nesse contexto, é essencial avaliar até que ponto as iniciativas corporativas de sustentabilidade representam mudanças concretas ou apenas estratégias para melhorar a imagem institucional.

Este estudo também pretende contribuir para a compreensão do papel dos órgãos fiscalizadores e de segurança pública, evidenciando como uma atuação integrada pode mitigar impactos negativos e promover uma agricultura mais justa e sustentável.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAL

Analisar os impactos do uso de insumos agrícolas e agrotóxicos na produção agrícola, relacionando-os às estratégias corporativas de sustentabilidade e ao papel da fiscalização pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os impactos ambientais e à saúde pública relacionados ao uso intensivo de agrotóxicos.
- Avaliar programas corporativos voltados à sustentabilidade e sua efetividade.
- Investigar desafios sociais, como condições precárias de trabalho, presentes em cadeias produtivas.
- Discutir o papel e os limites de atuação dos órgãos fiscalizadores no combate a crimes ambientais e na proteção das comunidades locais.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos:

- Análise documental: revisão de relatórios corporativos, artigos acadêmicos e investigações jornalísticas sobre sustentabilidade no agronegócio.
- Estudo de caso: focado na Cargill, examinando denúncias feitas por organizações ambientais e trabalhistas.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

- Coleta de dados secundários: buscando evidências sobre os efeitos ambientais e sociais do uso de insumos agrícolas.
- Comparação entre discurso e prática: avaliando a coerência entre os programas divulgados e os resultados efetivamente observados.

PROBLEMA

Com base na realidade observada e na literatura estudada, este trabalho busca responder às seguintes questões:

1. Como o uso intensivo de insumos agrícolas e agrotóxicos impacta o meio ambiente e a saúde pública?
2. As estratégias de sustentabilidade divulgadas por grandes empresas do agronegócio refletem mudanças concretas ou se limitam ao marketing institucional?
3. Quais são os principais desafios enfrentados pelos órgãos fiscalizadores no combate a crimes ambientais e na proteção de comunidades vulneráveis?
4. De que forma a transparência corporativa pode contribuir para uma cadeia produtiva mais sustentável?

HIPÓTESE

A hipótese central deste estudo é que, apesar de existirem programas corporativos voltados à sustentabilidade no agronegócio, ainda há uma distância significativa entre os discursos institucionais e as práticas efetivamente implementadas. Essa lacuna pode estar relacionada a falhas na fiscalização, dificuldades estruturais de órgãos públicos e pressões econômicas, resultando em impactos ambientais e sociais que comprometem a efetividade das ações sustentáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em diferentes áreas do conhecimento que analisam os impactos dos insumos agrícolas e dos agrotóxicos na sustentabilidade ambiental, na saúde pública e na segurança jurídica. A seguir, abordam-se as principais contribuições teóricas que sustentam a investigação:

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Ecologia e Sustentabilidade

A ecologia como ciência estuda as interações entre organismos e o meio ambiente, fornecendo a base teórica para compreender os impactos gerados pelo uso intensivo de insumos químicos na agricultura. Autores como Odum (1997) defendem que o desequilíbrio ecológico causado pela contaminação química pode levar a perda de biodiversidade e resistência biológica em espécies locais. No contexto agrícola, práticas como o uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas têm sido amplamente criticadas por reduzirem a qualidade dos recursos naturais.

A sustentabilidade, por sua vez, é um conceito multidisciplinar que engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos. Sachs (2007) propõe que para alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento, é necessário adotar uma abordagem regenerativa que preserve o meio ambiente e beneficie as comunidades envolvidas. No entanto, estudos indicam que grandes corporações do agronegócio frequentemente se aproveitam do conceito de sustentabilidade para promover estratégias de greenwashing, desviando o foco de seus impactos negativos.

Segurança Pública e Crimes Ambientais

A segurança pública desempenha um papel crucial na proteção ambiental e na mitigação de crimes relacionados ao uso de insumos agrícolas. Segundo a legislação brasileira, crimes ambientais incluem desmatamento ilegal, uso inadequado de agrotóxicos e exploração de trabalhadores rurais (Lei n.º 9.605/1998). A atuação de órgãos fiscalizadores, como IBAMA e ICMBio, tem sido essencial para garantir a aplicação das normas e prevenir danos ao meio ambiente.

Autores como Machado (2015) destacam que a fiscalização no setor agrícola enfrenta desafios relacionados à insuficiência de recursos humanos e tecnológicos, além de pressões políticas e econômicas de grandes corporações. Além disso, a cooperação internacional surge como uma estratégia importante para combater práticas ilegais que atravessam fronteiras, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade ambiental, como a Amazônia.

Direitos Humanos e Exploração Laboral

O direito ao trabalho digno é garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). No entanto, a exploração de trabalhadores rurais, incluindo

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

práticas análogas à escravidão, continua sendo uma realidade em diversas cadeias produtivas agrícolas. Estudos realizados por Silva (2018) apontam que o agronegócio frequentemente utiliza intermediários para contratar mão de obra em condições precárias, dificultando a responsabilização direta das corporações.

Além disso, há uma relação direta entre exploração laboral e degradação ambiental. A precariedade das condições de trabalho está frequentemente associada à expansão irregular de fronteiras agrícolas, agravando conflitos fundiários e gerando instabilidade social nas comunidades locais.

Greenwashing e Marketing Corporativo

O conceito de greenwashing foi inicialmente explorado por autores como TerraChoice (2009), que identificaram estratégias empresariais para mascarar práticas prejudiciais sob discursos de sustentabilidade. Estudos recentes indicam que corporações globais, incluindo empresas do agronegócio, têm utilizado tecnologias como blockchain e GPS para manipular dados de rastreabilidade e ocultar fornecedores que operam em áreas de desmatamento ilegal.

No caso da Cargill, investigações revelam que a empresa utiliza relatórios institucionais e campanhas publicitárias para promover uma imagem de responsabilidade ambiental, enquanto denúncias apontam a continuidade de práticas destrutivas. Essa contradição reflete a necessidade de maior transparência nas cadeias produtivas e de regulamentações mais rigorosas para evitar o uso abusivo de estratégias de greenwashing.

Economia e Sustentabilidade no Agronegócio

O agronegócio representa uma das principais forças econômicas do Brasil, contribuindo significativamente para o PIB nacional. No entanto, o crescimento econômico impulsionado por práticas agrícolas intensivas tem gerado impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para pequenos produtores. Estudos de Oliveira (2021) indicam que a concentração de mercado nas mãos de grandes corporações, como a Cargill, dificulta a inclusão de produtores familiares e promove desigualdades estruturais no setor.

Além disso, iniciativas de sustentabilidade, como agricultura regenerativa e restauração ambiental, devem ser avaliadas não apenas por suas metas declaradas, mas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

também por seus resultados concretos. A análise da eficácia dessas políticas é essencial para diferenciar ações genuínas de estratégias puramente comerciais.

RESULTADOS

Os resultados apontam que o uso contínuo e intensivo de agrotóxicos tem provocado sérios impactos ambientais, como a contaminação do solo e da água, afetando ecossistemas e comprometendo a qualidade de vida de comunidades rurais e urbanas. Esses resíduos químicos também foram encontrados em alimentos, gerando preocupações em relação à saúde pública, uma vez que estão associados a intoxicações e doenças crônicas.

No campo social e econômico, verificou-se que pequenos agricultores enfrentam grandes dificuldades para competir com grandes corporações, o que resulta em concentração fundiária e êxodo rural. Esse cenário aumenta a vulnerabilidade social e a dependência de pequenos produtores em relação a cadeias produtivas dominadas por grandes empresas.

Em relação às iniciativas sustentáveis, observou-se que, embora existam programas corporativos voltados à agricultura regenerativa e à restauração de áreas degradadas, a transparência na apresentação de resultados ainda é limitada. Em alguns casos, as ações divulgadas publicamente não correspondem integralmente aos impactos positivos anunciados, o que gera dúvidas sobre a efetividade real dessas estratégias.

Por fim, identificou-se que os órgãos fiscalizadores, como IBAMA e ICMBio, enfrentam sérias dificuldades logísticas e financeiras, além de pressões políticas, o que compromete a eficácia das fiscalizações e limita o combate a crimes ambientais. Esses fatores contribuem para a perpetuação de práticas ilegais e dificultam a proteção de comunidades vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo ressalta a complexidade dos impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pelo uso intensivo de insumos agrícolas e agrotóxicos. Apesar de representar um dos motores econômicos do Brasil, o agronegócio, liderado por corporações como a Cargill, enfrenta críticas substanciais por práticas que comprometem a sustentabilidade e violam direitos humanos.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

As iniciativas sustentáveis divulgadas pela empresa nem sempre se traduzem em ações concretas, evidenciando o uso de estratégias de greenwashing para mascarar impactos negativos. O desmatamento ilegal e a exploração de trabalhadores rurais continuam sendo problemas persistentes, exigindo maior transparência e responsabilidade corporativa.

Além disso, os desafios enfrentados pelos órgãos fiscalizadores destacam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e investimentos em infraestrutura e tecnologia para apoiar a fiscalização ambiental e social. A integração entre diferentes esferas do governo e a cooperação internacional podem fortalecer a proteção de áreas sensíveis e garantir que as comunidades locais sejam beneficiadas por práticas agrícolas responsáveis.

Este estudo reforça que a sustentabilidade no setor agrícola deve ser tratada como prioridade, não apenas como estratégia de marketing, mas como compromisso real com o futuro do planeta e das próximas gerações. A busca por maior transparência e rigor na fiscalização é essencial para mitigar os impactos negativos e promover um modelo agrícola mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

Relatório Especial Cargill e **as falsas soluções para a crise climática**. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/relatorio-cop-versao-final.pdf>.

HARARI, I. Na COP27, **gigantes do agro e impactos ambientais**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br>.

OLIVEIRA, R. ONG **aponta desmatamento em fazendas de soja fornecedoras da Cargill**. Disponível em: <https://apublica.org>.

Data de submissão do manuscrito: 16/10/2025.

Data de aprovação do manuscrito: 20/01/2026.